

# BONAPARTISMO, BISMARCKISMO E EMPREGO PÚBLICO\*

Por Francisco Pereira de Farias\*\*

Pode-se buscar uma comparação da análise de Marx sobre o bonapartismo e de Weber sobre o bismarckismo. Como aspectos comuns, destacam-se os temas da centralização burocrática do Estado, a figura do líder do Executivo e o empreguismo estatal. Mas a caracterização desses temas apresenta divergências, pois resulta de pressupostos diferentes. Marx parte da teoria da luta de classes, enquanto Weber está polarizado pelo problema da seleção da liderança política.

Os conceitos de bonapartismo e bismarckismo, historicamente relacionados aos regimes instaurados na França, do regime de Napoleão III, e na Alemanha, do governo de Bismarck, indicam formas semelhantes de organização do Estado e relacionamento com a sociedade. Em ambos, o Estado assume a forma da centralização política em correspondência a uma ausência de hegemonia política no seio do bloco de classes e frações dominantes, em um contexto de transição para o capitalismo industrial.

Queremos apontar aqui o tema do emprego público. Do ponto de vista weberiano, o apadrinhamento dos cargos públicos significa um elemento de irracionalidade da organização estatal. De fato, Weber (1993), em "Parlamento e governo na Alemanha reordenada", condena o sistema de apadrinhamento "oficioso" do emprego público na Alemanha, sob o controle dos partidos de base social nos setores intelectualizados (professorado, advogados, médicos etc.) de origem agrária. Por sua vez, Marx (1997), em "O 18 Brumário", mostra não a irracionalidade, mas a racionalidade do empreguismo no Estado bonapartista como política de manutenção da ordem social. A desorganização da pequena propriedade no campo, submetida a dívidas hipotecárias e a crescentes impostos governamentais, produziu um excesso de desempregados, para os quais não havia lugar, nem no campo nem nas cidades, e que tentou, portanto, obter postos governamentais como uma espécie de esmola respeitável. Napoleão III foi forçado a criar uma casta artificial, para a qual a manutenção do seu regime transformou-se em uma questão de subsistência.

Assim, as áreas agrárias, tanto no bismarckismo como no bonapartismo, são em parte incorporadas ao poder dominante via emprego público. Nesse sentido, podemos lembrar o caso brasileiro, onde o emprego público tem um peso maior nas regiões de predomínio agrário. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - "Anuário Estatístico do Brasil, 1993" -, a distribuição do pessoal da administração pública no Brasil apresenta uma maior densidade, em relação à população economicamente ativa (PEA), nas regiões Norte e Nordeste, menos desenvolvidas economicamente. Assim, no total de pessoas ocupadas na administração pública, estas regiões registram um índice, respectivamente, de 9.4 e 5.0; ao passo que o Sul e o Sudeste têm índices de 4.3 e 4.5. Em relação à alta burocracia, com o nível de renda acima de 10 salários mínimos, enquanto o Sul e o Sudeste possuem um índice de 10.7 e 9.2, respectivamente; o Norte e o Nordeste têm um índice de 11.3 e 16.7.

A explicação desse fenômeno é distinta. O ponto de vista weberiano tende a enfatizar as pressões dos egressos do sistema educacional pelo acesso ao aparelho do Estado. Enquanto o ponto de vista marxiano, em um nível mais aprofundado, remete à explicação ao aspecto da desorganização das atividades econômicas tradicionais decorrentes da expansão capitalista ●

## Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil 1993*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

MARX, K. *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

WEBER, M. *Parlamento e governo na Alemanha reordenada*. Petrópolis: Vozes, 1993.

\* Em homenagem ao professor Octavio Ianni.

\*\* Professor do Depto. de Ciências Sociais/UFPI; possui doutorado sanduiche pelo Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines (2002), e doutorado em Ciência Política pela Unicamp (2010).